






Quadro Comparativo LDO 2025 x PLN 1/2025 x SUBSTITUTIVO CMO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

<u>LEI Nº 15.080/2024 (LDO 2025)</u>	<u>PLN 1/2025</u>	<u>SUBSTITUTIVO DA CMO</u>
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.	Altera a Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 , que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025.	Altera a Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 , que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º A Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º A Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 92. O ato de entrega dos recursos a outro ente federativo a título de transferência voluntária é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou instrumento congênere e dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos e não se confunde com as efetivas liberações financeiras, as quais devem obedecer ao respectivo cronograma de desembolso.		Art.92.

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Coordenação de Matérias Orçamentárias - Telefone: 3303-5906
(Elaboração: 12/06/2025 19:09)




		§ 5º Os instrumentos de transferências firmados até 31 de dezembro de 2023, vigentes no exercício de 2025, terão o prazo para cumprimento das cláusulas suspensivas prorrogado até 30 de setembro de 2026.
§ 3º (VETADO) As condições para cumprimento das cláusulas suspensivas constantes dos instrumentos a que se refere o caput deste artigo terão prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses.		§ 6º Os instrumentos de transferências firmados nos exercícios de 2024, conforme o disposto no § 1º do art. 93, da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 , e de 2025, terão prazo mínimo para cumprimento das cláusulas suspensivas de 36 (trinta e seis) meses.
§ 4º (VETADO) A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o caput, bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do Município de até sessenta e cinco mil habitantes.		§ 7º A emissão de nota de empenho, a realização das transferências de recursos e a assinatura dos instrumentos a que se refere o <i>caput</i> , bem como a doação de bens, materiais e insumos, não dependerão da situação de adimplência do Município de até sessenta e cinco mil habitantes. (NR)
Art. 118. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observados as disposições do inciso I do referido parágrafo, os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e as condições		Art. 118.



Quadro Comparativo LDO 2025 x PLN 1/2025 x SUBSTITUTIVO CMO

Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - SLCN

estabelecidas nos art. 115 e art. 117 desta Lei, ficam autorizados:		
VII - a revisão geral anual de que trata o inciso X do caput do art. 37 da Constituição , observado o disposto no inciso VIII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997 .		VII - a revisão geral anual de que trata o inciso X do caput do art. 37 da Constituição , observado o disposto no inciso VIII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997 ; e
		VIII - a alteração do número total de Deputados Federais, a fim de garantir a proporcionalidade populacional prevista no § 1º do art. 45 da Constituição . (NR)
Art. 139. As proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:	Art. 139.	Art. 139.
§ 2º Ficam dispensadas do atendimento ao disposto neste artigo as proposições legislativas que tratem de:	§ 2º	§ 2º
IV - benefícios tributários previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 , na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 , na Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019 , e na Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024 .	IV - benefícios tributários previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 , na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 , na Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019 , e na Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024 ; e	IV - benefícios tributários previstos na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 , na Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 , na Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019 , e na Lei nº 14.968, de 11 de setembro de 2024 ; e

 Texto alterado  Texto revogado  Texto excluído  Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Coordenação de Matérias Orçamentárias - Telefone: 3303-5906
(Elaboração: 12/06/2025 19:09)

	V - benefícios tributários de proposições legislativas apresentadas pelo Poder Executivo federal associados à redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a fim de atender ao critério da progressividade tributária de que trata o art. 153, § 2º, inciso I, da Constituição .” (NR)	V - benefícios tributários de proposições legislativas apresentadas pelo Poder Executivo federal associados à redução do imposto sobre a renda das pessoas físicas, a fim de atender ao critério da progressividade tributária de que trata o art. 153, § 2º, inciso I, da Constituição .” (NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.